



# Convite

**Processo: DMGF\_SOCA\_178/2024**

**AJUSTE DIRETO POR CRITÉRIOS MATERIAIS PARA  
FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA (MT e BTE)**

## **Secção I – Disposições Gerais**

### **Artigo 1.º**

#### **Identificação do procedimento**

1. O presente procedimento é do tipo de Ajuste Direito, por critérios materiais, para a celebração de um Contrato para *“fornecimento de energia elétrica (MT e BTE)”*, correspondente ao **Código CPV 09310000-5 Eletricidade**, de acordo com o previsto no Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão de 28 de novembro de 2007.
2. O presente convite visa regular o procedimento que tem por objeto a aquisição, pela Entidade Adjudicante, de energia elétrica (MT e BTE), em conformidade com as especificações técnicas descritas no Caderno de Encargos e legislação aplicável nesta matéria.

### **Artigo 2.º**

#### **Entidade Adjudicante**

Para efeitos do presente procedimento, é Entidade Adjudicante Município de Benavente

### **Artigo 3.º**

#### **Decisão de contratar**

Ao abrigo no disposto no n.º 1 do artigo 36º do CCP, a decisão de contratar relativa ao presente procedimento foi tomada pelo Presidente da Câmara Municipal.

### **Artigo 4.º**

#### **Fundamento da escolha do procedimento**

A escolha do procedimento de Ajuste Direto foi tomada com fundamento na alínea c) do n.º 1 do artigo 24.º do CCP, bem assim pelo facto de a Entidade Adjudicante não dispor de recursos próprios para garantir a satisfação da necessidade pública em questão, conforme decorre de informação anexa.

### **Artigo 5.º**

#### **Consulta e Fornecimento das Peças do Procedimento**

1. As peças do procedimento encontram-se disponíveis na plataforma eletrónica de contratação pública utilizada pela Entidade Adjudicante, AcinGov.
2. O Convite e o Caderno de Encargos encontram-se ainda disponíveis para consulta na sede da Entidade Adjudicante nos dias úteis das 9h00 às 12h30 e das 14h00 às 17h30, desde o dia do envio do convite até ao termo do prazo fixado para apresentação da proposta.

### **Artigo 6.º**

#### **Esclarecimentos e Retificações das Peças do Procedimento**

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento devem ser solicitados por escrito ao Júri do procedimento no primeiro terço do prazo fixado para apresentação da proposta.
2. No prazo referido no número anterior, deve ainda a entidade convidada apresentar ao órgão competente para a decisão de contratar uma lista na qual identifique, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.

3. O incumprimento dos deveres previstos nos números anteriores tem as consequências previstas no número 3 do artigo 378.º do Código dos Contratos Públicos.
4. Os esclarecimentos sobre as peças do procedimento podem ser prestados e as retificações das mesmas podem ser efetuadas até ao dia anterior ao termo daquele prazo.
5. Os esclarecimentos e retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

## **Secção II – Apresentação da Proposta**

### **Artigo 7.º**

#### **Proposta**

1. Na proposta, a entidade convidada manifesta a sua vontade de celebrar o contrato bem como os termos pelos quais se dispõe a fazê-lo.
2. A proposta apresentada pela entidade convidada deve respeitar as características e condições previstas nas Especificações Técnicas constantes do Caderno de Encargos.
3. A proposta será excluída se não obedecer a todas as características técnicas exigidas.
4. Quaisquer encargos relativos à elaboração da proposta, incluindo estudos, testes, disponibilização de amostras ou outras atividades com elas conexas, são suportados pela entidade convidada.

### **Artigo 8.º**

#### **Documentos que constituem a Proposta**

1. A proposta é constituída pelos seguintes documentos:
  - a) Declaração de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I ao Código dos Contratos Públicos.
  - b) Formulário da proposta, conforme modelo constante no Anexo III ao presente convite com a indicação dos preços unitários propostos, com sete casas decimais;
  - c) Cópia da certidão de inscrição no registo comercial ou código de acesso à certidão permanente, no caso de a entidade convidada ser pessoa coletiva.
  - d) Documento oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante, se aplicável.
2. A não apresentação dos documentos mencionados no número anterior importa a exclusão da proposta.
3. A entidade convidada poderá apresentar outros elementos que considere de interesse e que não estejam em contradição com o estipulado nas peças do presente procedimento.

### **Artigo 9.º**

#### **Apresentação de Proposta Variante**

Não é admissível a apresentação de proposta variante.

### **Artigo 10.º**

#### **Idioma dos documentos da proposta**

1. Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.
2. Caso os documentos que integram a proposta sejam redigidos em língua estrangeira, devem ser acompanhados de tradução em língua portuguesa devidamente legalizada, declarando a entidade convidada que aceita a prevalência das traduções, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.

## **Artigo 11.º**

### **Prazo para apresentação da proposta**

1. A proposta e os documentos que as constituem deverão ser apresentados até às **23h59 (hora continental) do 6º dia após o envio do convite**.
2. A proposta e respetivos documentos consideram-se apresentados no momento do seu envio através do endereço de correio eletrónico indicado.
3. Nos termos do n.º 3 do artigo 470.º do CCP, o prazo fixado para apresentação das propostas é contínuo, não se suspendendo nos Sábados, Domingos e Feriados.

## **Artigo 12.º**

### **Modo de apresentação da proposta**

1. Os documentos que constituem as propostas são apresentados diretamente na plataforma eletrónica utilizada pela entidade adjudicante, identificada no artigo 5.º do presente Convite.
2. As propostas e respetivos documentos deverão ser assinadas através de assinatura eletrónica qualificada, do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015 de 17 de agosto.
3. A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.
4. Quando, pela sua natureza, qualquer documento dos que constituem as propostas não possa, comprovadamente, ser apresentado nos termos do disposto no n.º 1, deve ser encerrado em envelope opaco e fechado, no rosto do qual se deve indicar a designação do procedimento e da Entidade Adjudicante;
5. Os documentos apresentados nos termos do número anterior devem ser entregues diretamente ou enviados por correio registado às Entidades Adjudicantes, devendo, em qualquer caso, a respetiva receção ocorrer dentro do prazo fixado para a apresentação de propostas.
6. A receção dos documentos apresentados nos termos dos números 4 e 5 será registada, por referência à respetiva data e hora em que os mesmos são recebidos.

## **Artigo 13.º**

### **Prazo de manutenção da proposta**

O prazo de manutenção da proposta será de 66 dias contados da data do termo do prazo fixado para apresentação da mesma.

## **Artigo 14.º**

### **Caução**

Nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos, não é exigida a prestação de caução, em virtude de o preço contratual ser inferior a 500.000,00€.

## **Secção III – Adjudicação e habilitação**

## **Artigo 15.º**

### **Notificação da Adjudicação**

1. Após a decisão de adjudicação, e até ao termo do prazo da obrigação de manutenção da proposta, a entidade convidada é notificada desse mesmo ato, através da plataforma eletrónica utilizada pela Entidade Adjudicante.

2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, a entidade convidada será notificada para apresentar os documentos de habilitação exigidos nos termos do disposto no presente convite e no artigo 81.º do CCP, e bem assim, pronunciar-se quanto ao teor da minuta do contrato.

## **Artigo 16.º**

### **Documentos de habilitação**

1. O adjudicatário deve apresentar em suporte digital, através do endereço eletrónico indicado, no prazo de 5 (cinco) dias após a notificação da decisão de adjudicação, os seguintes documentos de habilitação, nos termos previstos no artigo 81.º do CCP:

- a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo II do Código dos Contratos Públicos;
- b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do CCP, designadamente os seguintes documentos:
  - i. Registo Criminal com menção do fim a que se destina – Contratação Pública (no caso de se tratar de pessoas coletivas, da própria pessoa coletiva e dos titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência), que comprove que o adjudicatário não incorre nos impedimentos indicados nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP;
  - ii. Cópia do documento comprovativo em como se encontra com a situação regularizada relativamente a dívidas por contribuições para a Segurança Social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
  - iii. Cópia de documento comprovativo em como se encontra com a situação regularizada relativamente a dívidas por impostos ao Estado Português ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
- c) Licença para comercialização de eletricidade MT e BTE, nos termos do artigo 42.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 29/2006, de 15 de Fevereiro e do artigo 45.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 172/2006, de 23 de Agosto, nas suas atuais redacções;
- d) Cópia do documento comprovativo de inscrição no registo do beneficiário efetivo, nos termos do disposto na Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto e na Portaria n.º 233/2018, de 21 de agosto;

2. Quando os documentos a que se faz referência se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar o endereço no sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítios e documentos delas constantes estejam redigidos em língua portuguesa.

3. O adjudicatário deverá proceder à imediata substituição dos documentos de habilitação sempre que se verifique a caducidade daqueles anteriormente entregues.

4. Sempre que se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar deve notificar o adjudicatário relativamente ao qual o facto ocorreu, fixando-lhe um prazo de 2 (dois) dias para que se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

5. Quando as situações previstas no n.º 1 do artigo 86.º do CCP se verificarem por facto que não seja imputável ao adjudicatário, o órgão competente para a decisão de contratar deve conceder-lhe, em função das razões invocadas, um prazo adicional de 2 (dois) dias para a apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.

## **Artigo 17.º**

### **Idioma dos Documentos de habilitação**

1. Todos os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa.
2. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução para a Língua Portuguesa devidamente legalizada.

## **Artigo 18.º**

### **Contrato**

1. Após a aceitação da minuta do contrato a celebrar pelo adjudicatário, a entidade adjudicante notifica-o do prazo para outorga e remessa do contrato, em clausulado informático, devidamente assinado com recurso a assinaturas eletrónicas qualificadas.
2. As despesas e encargos inerentes à celebração do contrato são da exclusiva responsabilidade da entidade adjudicatária.

## **Secção IV – Disposições Finais**

## **Artigo 19.º**

### **Legislação Aplicável**

Em tudo o que não estiver previsto no presente convite, observar-se-á o disposto na legislação nacional e comunitária, nomeadamente os seguintes diplomas:

- a) Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro;
- b) Diretiva 2014/24/UE, de 26 de fevereiro de 2014;
- c) Código do Procedimento Administrativo;
- d) Demais legislação aplicável.

## **Artigo 20.º**

### **Anexo**

Em anexo, remete-se o Caderno de Encargos, inerente ao procedimento em causa, elaborado de acordo com o disposto no artigo 42.º do CCP.

## ANEXO I

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do Artigo 8.º do Convite)

### **Modelo de declaração**

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

*(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.*

- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».*
- (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º*
- (4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º*



## ANEXO II

(a que se refere a alínea a) do número 1 do Artigo 16.º do Convite)

### **Modelo de declaração**

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 - O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

*(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.*

*(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».*

*(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.*

*(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».*

*(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º*

**ANEXO III**  
**Formulário de Proposta**

(a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 8.º do Convite)

... (identificação do representante legal do concorrente), na qualidade de (qualidade em que subscreve a declaração) de (identificação da sociedade ou agrupamento), depois de ter tomado conhecimento do objeto do procedimento de Ajuste Direto ao abrigo de critérios materiais para "fornecimento de energia elétrica (MT e BTE)", obriga-se a celebrar e a executar o contrato, pelo valor global de **134.328,44 € (cento e trinta e quatro mil, trezentos e vinte e oito euros e quarenta e quatrocentos)**, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, se aplicável, ao preço unitário por kWh de energia elétrica MT e BTE, com sete casas decimais, de acordo com o seguinte:

**Média Tensão (MT)**

Opção tarifária	Energia Ativa	Preço Base Unitário (€/kWh)
Tetra-horária	Horas de Ponta	.
	Horas Cheias	.
	Horas de Vazio Normal	.
	Horas de Super Vazio	.

**Baixa Tensão Especial (BTE)**

Opção tarifária	Energia Ativa	Preço Base Unitário (€/kWh)
Tetra-Horária	Horas de Ponta	
	Horas Cheias	
	Horas de Vazio Normal	

Os valores a indicar não incluem a componente de acesso às redes nem outras taxas devidas por imposição legal. Mais declara que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeita à execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

[Local, data e assinatura]